

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristiane Oliveita Dias Silva¹
Paulo Rogério Santos e Silva²

RESUMO

O trabalho tem como mote o estudo sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE às crianças com Síndrome de Down na educação infantil no ensino regular, com ênfase na busca pela efetiva inclusão social e educacional, afirmando que as práticas pedagógicas adequadas são o caminho para essa inclusão. Demonstrando a necessidade de planejamento e observação do aluno para detecção de suas necessidades, essas informações levaram em consideração a genética dessa pessoa, suas particularidades, o que pode facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem, sendo necessário um projeto a ser elaborado em conjunto com outros profissionais, buscando as metas estabelecidas nesse planejamento prévio de aprendizagem. Juntamente com esse, se faz necessário um preparo do professor e a necessidade de adaptações físicas na escola, bem como recursos didáticos e materiais que apoiarão esses professores nessa socialização e autonomia desses alunos. Demonstrar-se-á que por meio desse ensino especializado, eles poderão garantir seu lugar no mundo de forma digna e conseguirão aprender desenvolvendo-se como cidadãos. Para isso a pesquisa utilizar-se-á de fontes bibliográficas variadas na área de educação e pesquisas realizadas por outros estudiosos de outras ciências, ou seja, trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, de natureza básica, visto que contribuirá com análises sobre a temática, no âmbito acadêmico e social, no que se refere aos objetivos será uma pesquisa qualitativa, logo haverá uma análise reflexiva sobre as discussões encontradas com a conclusão da indispensabilidade do AEE a esses alunos na busca por uma justa e correta inclusão social e educacional.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Práticas pedagógicas. Inclusão social e escolar. Efetividade.

ABSTRACT

The work has as its motto the study on Specialized Educational Assistance - AEE for children with Down Syndrome in early childhood education in regular education, with emphasis on the search for effective social and educational inclusion, stating that adequate pedagogical practices are the way to this inclusion. . Demonstrating the need for planning and observation of the student to detect their needs, this information took into account the genetics of this person, their particularities, which can facilitate or hinder the learning process, requiring a project to be developed jointly with other professionals. , seeking the goals established in this previous learning plan. Along with this, it is necessary to prepare the teacher and the need for physical adaptations in the school, as well as didactic resources and materials that will support these teachers in this socialization and autonomy of these students. It will be shown that through this specialized education, they will be able to guarantee their place in the world in a dignified way and will be able to learn by developing themselves as citizens. For this, the research will use varied bibliographic sources in the

¹ Graduanda em Licenciatura Pedagogia EPT no Instituto Federal Goiano – Campus Cristalina. E-mail: cristiane.o.d.silva@gmail.com

² Graduação Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (2005), Especialização em Educação Física Escolar - UGF (2009) e Mestrado em Educação UFG/Regional Catalão. E-mail: ppaullao@hotmail.com

area of education and research carried out by other scholars of other sciences, that is, it is an exploratory bibliographic research, of a basic nature, since it will contribute to analyzes on the thematic, in the academic and social scope, with regard to the objectives, it will be a qualitative research, so there will be a reflective analysis on the discussions found with the conclusion of the indispensability of the AEE to these students in the search for a fair and correct social and educational inclusion.

Keywords: Specialized Educational Services. Pedagogical practices. Social and school inclusion. Effectiveness.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como temática de estudo o atendimento educacional especializado para crianças com Síndrome de Down da Educação Infantil, da rede regular de ensino. A Constituição Federal de 1988 determina que às crianças e adolescentes em idade escolar tenham acesso à educação formal e recebam atendimento complementar especializado (AEE) na rede regular de ensino quando necessário. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96) também afirma que é dever do Estado garantir AEE aos educandos com necessidades especiais.

Entende-se que o atendimento educacional especializado para crianças com deficiência é indispensável, por isso é importante que se compreenda o valor deste para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, no acompanhamento e superação de suas dificuldades.

O foco deste estudo é a análise do AEE para crianças com Síndrome de Down na educação infantil, a escolha por esta faixa etária parte do entendimento que é na educação infantil que ocorre a formação do aluno, seus valores, desenvolvimento de sua autonomia e personalidade, a construção do ser histórico cultural. Deste modo, adota-se como problema da pesquisa a seguinte premissa: O atendimento educacional especializado é importante para a aprendizagem e desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down e que as práticas pedagógicas adequadas são o caminho para a melhor educação dessas crianças.

Parte-se da hipótese, que as crianças com Síndrome de Down podem apresentar uma história habitual e concretizar ações cotidianas como qualquer outra criança, mesmo apresentando certas restrições.

O conhecimento e o desvendamento das necessidades, facilidades e dificuldades encontradas pelos professores nos trabalhos com alunos com Síndrome de Down da Educação Infantil, na rede de ensino regular são o ponto chave para reestruturar as condições de afazeres e as qualidades das acomodações das escolas, contribuindo para um aprendizado pautado no ensino inclusivo.

Logo, o presente estudo tem como objetivo geral: refletir sobre o papel do atendimento educacional especializado no processo de desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down da Educação Infantil nas redes regulares de ensino. Tendo como objetivos específicos: conhecer e reconhecer as corretas práticas pedagógicas de ensino voltadas às crianças com Síndrome de Down; apresentar e refletir sobre as dificuldades que as crianças com Síndrome de Down enfrentam nas redes regulares de ensino; discutir sobre o processo de inclusão nessas redes conduzido pelo AEE.

Para tanto, o atendimento especializado se torna insubstituível, tendo em vista a indispensabilidade da adequação de práticas pedagógicas para as necessidades e particularidades desses alunos, para desenvolver esse objetivo, far-se-á o uso de uma pesquisa analítica, com a descrição do assunto analisado, sendo realizado um estudo bibliográfico (GIL, 2010, pag. 11).

A pesquisa bibliográfica refere-se a “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, (...) Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado (...)” (MARCONI; LAKATOS, 2011, pag. 183).

O estudo será de natureza básica, visto que utilizará análises sobre a temática no âmbito acadêmico e social. No que se refere ao método, será uma pesquisa qualitativa e exploratória, onde haverá uma análise reflexiva sobre as discussões encontradas em textos e obras científicas acerca do assunto. Esse tipo de pesquisa implica, “a busca de antecedentes de pesquisa, o estado da arte, os balanços dos conhecimentos já produzidos sobre os problemas abordados pela pesquisa [...]” (GAMBOA, 2013, pag.104).

Por muitas décadas a pessoa com Síndrome de Down, foi entendida como retardada, impossibilitada e, em algumas partes do mundo, considerada como um “assombro”. Com isso, é extraordinário notar que a função da família é de soberana importância, já que é através das particularidades presentes do conhecimento contínuo dos pais que se dará início ao procedimento de estímulos precoce, aferindo maior auxílio na metodologia de aprendizagem dessa pessoa.

Justifica-se tal estudo, visto que, apesar da legislação garantir o acesso e permanência das crianças com Síndrome de Down nas escolas regulares de ensino, muito deve ser realizado, pois ainda existe na sociedade, nas escolas, na família, um discurso atrelado apenas ao assistencialismo dessas crianças o que afeta sua escolarização, instituições especializadas ainda são convocadas a assumir esse aluno que o setor público não consegue atender, longos estudos são necessários para ressignificar a função social da escola.

É importante conhecer um pouco mais sobre a Síndrome de Down e suas características físicas, cognitivas e comportamentais, ela é uma doença genética, “é uma anomalia causada pela existência de um cromossomo 21 que é encontrado em uma célula, contendo uma ou mais em cada pessoa. Portanto é comum entre os recém-nascidos” (SANTOS, 2020, pag.19). Ela traz limitações intelectuais para a criança, e faz com que sua maturação ocorra de maneira lenta, logo sua linguagem e aprendizagem também é demorada.

A Síndrome de Down pode surgir em qualquer criança, mesmo que não exista antecedentes, independente de sexo, raça, classe social (DÉA; BALDIN; DÉA, 2019, pag. 24). A criança com Síndrome de Down, deve receber acompanhamento médico desde os primeiros meses de vida, e nesse processo a família tem papel importantíssimo, auxiliando-a em seu processo de sociabilidade, por isso, quando ocorre o diagnóstico é necessário que a informação seja repassada para família com cuidado, pois muitas desconhecem sobre essa alteração genética, e isso pode ocasionar exclusão ou superproteção (PANIAGO, 2015, pag. 51).

A criança com Síndrome de Down, quando chega a escola regular traz consigo vários conhecimentos prévios, que adquiriram na família e amigos (BAR; OLIVEIRA; STRIEDER, 2018, pag. 18). As pessoas com a Síndrome de Down são diferentes fisicamente e em suas patologias, pois carregam peculiaridades da sua família, assim cada criança tem um grau diferente de deficiência mental, dificuldade motor, de adaptação, pois seu desenvolvimento como um todo depende em grande parte das estimulações que lhes são dadas (DÉA; BALDIN; DÉA, 2019, pag. 35).

Compreende-se que as crianças com Síndrome de Down, devem participar da rotina escolar, mas uma participação efetiva deve ocorrer, pois ainda existe muitos desafios a serem superados, para se ter uma educação que considere a diversidade humana, que garante acesso, ingresso e permanência dos alunos, tendo-se uma educação de qualidade (SOUSA; SILVA; SILVA, 2020, pag. 47). Diante disso, busca-se na próxima seção analisar o processo de inclusão e de atendimento educacional especializado nas redes regulares de ensino.

2. A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

No Brasil, apenas em 1961 com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.4024/1961) a educação passa a ser direito das pessoas com deficiência, denominadas na época de “excepcionais”. A partir, da Constituição Federal de 1988, com a universalização da educação, a educação inclusiva ganhou espaço nos âmbitos

escolares, logo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas com deficiência passa a ser obrigação do Estado conforme o art. 208 “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p.90).

Mas, apesar da educação inclusiva ser um direito, conforme (ALVES, 2018, pag 12), as crianças com Síndrome de Down permaneciam segregadas nas escolas. No entanto, com a aprovação da Declaração de Salamanca em 1994, a Educação Especial passa a receber um novo viés, objetivando a inclusão das pessoas com deficiência na escola regular efetivamente. Em, 2008 é promulgado o decreto sobre a educação especial e o AEE, nº 6.571/2008, o qual foi revogado em 2011, pelo decreto n.7.611.

Seguindo a linha de interpretação da legislação vigente a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146), entra em vigor em janeiro de 2016 “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, pag.1).

Diante do arcabolo teórico legislativo apresentando, percebe-se que existe todo um aparato normativo de leis e decretos que garantem a educação inclusiva nas escolas regulares, do atendimento educacional especializado para os estudantes que necessitam desse acompanhamento.

Cabe ressaltar que tal desenvolvimento na legislação e educação buscando a igualdade são frutos da necessidade de dignidade, bem como, na luta pela inclusão educacional e social, “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora” (MANTOAN, 2003, pag.20). Atualmente existem jovens com Síndrome de Down cursando faculdade, profissionais liberais e os mais diversos ofícios, e estes receberam apoio e estimulação precoce da família e escola (SILVA, 2017, pag. 10).

Deste modo, é necessário o envolvimento de pais e professores, da comunidade escolar para construir uma escola inclusiva, sabe-se que não existe um caminho pronto, mas ações que norteem os passos a serem dados (SANTOS, 2017, pag. 46). Para tanto, as crianças devem se sentir valorizadas e capazes igual aos demais estudantes, e o professor deve enfatizar que elas são capazes de evoluir sempre (CARVALHO, 2018, pag. 62).

Nesse processo de inclusão o AEE, surge como espaço de apoio para os alunos com Síndrome de Down conforme já apontado pelos trabalhos acima, no próximo tópico analisar-se-á a importância dessa para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil.

3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

As crianças com síndrome de Down têm grandes potencialidades, mas elas carecem de mais tempo e de especialistas para auxiliarem em seu desenvolvimento, pois possuem um perfil de aprendizagem com características singulares, sendo importante respeitar o perfil de cada criança, pois não têm dificuldades e aprendizagens iguais (SILVA, 2017, pag. 15). É preciso que os professores planejem atividades significativas, compreendendo que existem fatores que facilitam e outros que inibem a aprendizagem.

Há fatores que facilitam a aprendizagem: forte consciência visual e habilidades de aprendizagem visual, incluindo as capacidades de aprender e usar sinais, gestos e apoio visual; copiar comportamento e as atitudes de colegas e adultos e, por fim, aprender com atividades manuais. O Movimento Down ensina, ainda, que há fatores que inibem a aprendizagem que são habilidades motoras atrasadas, problemas auditivos e visuais, dificuldade de linguagem e fala e memória auditiva de curto prazo fraca (SILVA, 2017, p.15).

Os professores e a comunidade escolar como um todo devem reconhecer esses fatores facilitadores e os inibidores e desenvolverem ações, modos de agir e pensar que condizem com a realidade e necessidade dessas crianças, assim como (SANTOS, 2020, pag. 17) afirma, as escolas de ensino regular devem ampliar suas capacidades para receberem e manterem as crianças com Síndrome de Down, ocasionando uma verdadeira inclusão que garanta os direitos delas.

Juntamente as aulas do ensino regular, a criança deve ser atendida no Atendimento Educacional Especializado, trabalho pedagógico desenvolvido por professores capacitados e especializados (BRASIL, 2001a). O AEE não pode ser delegado como única possibilidade de aprendizagem do aluno na escola regular, é um parceiro da escola, um apoio para construção do conhecimento (VALE, 2019, pag. 48).

As aulas nas Salas de Recurso Generalista (SRG) devem ser viabilizadoras de desenvolvimentos, e não um reforço escolar ou continuidade da proposta da sala de aula, e os jogos e brinquedos são aliados nesse processo (VALE, 2019, pag. 81). Por isso é importante que o currículo seja mais específico, e que ações pedagógicas sejam organizadas visando a aprendizagem deles (SOUSA; SILVA; SILVA, 2020, pag. 44).

É preciso oferecer a esses alunos, ambiente adequados e mediação de professores qualificados que possuem experiências educacionais que podem contribuir com eles, que saibam usar ferramentas que auxiliem o aluno e compreendam como mediar o processo, mas também valorizar o conhecimento de cada criança, organizando problemas, leituras,

reflexões (SOUSA; SILVA; SILVA, 2020, pag. 25).

Os autores anteriormente citados, em sua pesquisa encontraram diversos elementos que impedem que a inclusão ocorra de fato: “falta de recursos como livros, brinquedos educativos e por outro lado, salas superlotadas, faltas excessivas de alunos, baixos salários, falta de acompanhante para alunos especiais, necessidade de atualização e novas práticas e conceitos [...]” (SOUSA; SILVA; SILVA, 2020, pag. 44). Cabe a sociedade compreender esses dificultadores e lutar para que sejam superados, para que assim, as crianças com deficiência sejam incluídas verdadeiramente no ensino regular e recebam atendimento especializado que carecem.

4. PRATICAS EM SALA DE AULA

No intuito de conhecer e entender as dificuldades e necessidades desses alunos, se faz necessário a organização e formação adequada dos docentes, bem como a adequação de instalações físicas e práticas pedagógicas e didáticas específicas, um planejamento pautado em metas de aprendizagem que busquem antes de mais nada a formação de um ser consciente.

As atividades exploratórias e lúdicas mostram-se um dos caminhos proveitosos para a busca dessas metas, sobretudo explorando a socialização e buscando a organização em grupos e a criação de laços de amizade e ternura entre os alunos e o professor, essa busca pela socialização do aluno é uma das finalidades do AEE aos alunos com síndrome de Down, que só será possível e efetiva com a adequada formação desses profissionais que estarão aptos a criarem meios para que esses alunos busquem o conhecimento.

Dentre os estudiosos sobre as práticas pedagógicas voltadas aos alunos com Síndrome de Down, tem-se a professora Dr(a) Ana Cristina Dias Rocha Lima que trabalha o assunto, em suas palavras: “Foi possível trabalhar a identidade dos alunos com Síndrome de Down a partir das experiências de cada um deles e da forma como cada um deles é visto pela sociedade, bem como foi possível ampliar, para ambos, esta visão equivocada.” (LIMA, 2016, pag. 38).

E continua sobre a necessidade de promover essa efetiva inclusão defendendo que a educação deve ser construtiva e socializante entre os alunos, pautado na troca de experiências e vivências, como se observa.

O Trabalho, baseado na ideia construtivista, no respeito Mútuo, na troca entre pessoas que foram envolvidas no processo do ensino e da aprendizagem, levou em consideração os conhecimentos prévios de cada um dos alunos, suas características pessoais, culturais e históricas, além de nortear toda uma

caminhada na construção de um saber educacional, ora individual, ora coletivo. (LIMA, 2016, pag. 12)

Essas práticas em sala de aula, serão capazes de desenvolver as dificuldades particulares de cada aluno, com foco em várias áreas de estímulo desde a fala, escuta, tato e movimentos cognitivos, sempre primando pela socialização do aluno com o coletivo, entretanto para se buscar esses estímulos se faz necessário um diagnóstico do educador, que necessitará do auxílio especializado de outros profissionais, como médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas e outros que possam se fazer necessários e que por sua vez precisam das observações cotidianas dos professores na vivência em sala de aula.

O mundo lúdico de músicas, quadros, cartazes, massas de moldar, atividades de movimento e outros são exemplos de práticas que podem ser utilizadas, como visto anteriormente sempre pautado na socialização desse aluno, com combinados entre esse e os demais colegas, como ensina a professora (LIMA, 2016, pag. 16), “os combinados foram regras estipuladas em sala de aula pelos alunos em conjunto com a professora, que foram escritos na lousa e depois transcritos para um cartaz que ficou pregado no mural da sala, para que os alunos não esquecessem”.

Um dos combinados que focava o desenvolvimento da fala, escrita e leitura dos alunos está na chamada diária, em escrever e ler o próprio nome ou de algum colega de sala, o que posteriormente poderia dar entrada a utilização de músicas e cartazes com a primeira letra do nome de cada um, focando na escrita e oralidade dessas crianças.

Fato que as práticas pedagógicas corretas e bem orientadas, organizadas e planejadas com intuito de incluir esse aluno e socializa-lo aos demais e a sociedade parte da premissa que a diferença existe, entretanto ela não pode ser um entrave e sim uma oportunidade para desenvolvimento mutuo de todos, conforme afirma a pesquisadora: “Quero dizer que essas pessoas são como cada um de nós que não temos deficiência.” (LIMA, 2016, pag. 27). Tal afirmação demonstra que a normalidade em ser diferente é comum para todas as pessoas quer são diferentes entre si.

Assim a pesquisadora apresenta o mundo lúdico, as práticas com o emprego de massas, meios áudios visuais e sensitivos, são um dos promissores caminhos nos anos iniciais para a construção do conhecimento junto a essas crianças, sendo necessário um planejamento prévio dos exercícios e práticas a serem discutidas com outros profissionais, em suma como tais crianças são especiais elas necessitam de atenção especial.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia científica empregada na pesquisa consistiu na análise dos textos e

livros dos estudiosos da área de educação, outras disciplinas que são complementares ao processo de ensino dos alunos com Síndrome de Down, como medicina, psicologia e outras áreas que possam contribuir a depender das especificidades da criança.

Dentre as obras podemos destacar os estudos da professora e pesquisadora Ana Cristina Dias Rocha Lima sobre os recursos e práticas pedagógicas a serem empregadas em sala de aula com os alunos, onde pode-se observar que a aplicabilidade do AEE se faz necessário sobremaneira na busca de uma inclusão social com desenvolvimento pessoal e intelectual de cada aluno, sendo esse atendimento especializado a forma de introdução desses alunos e familiares no convívio escolar e sobretudo na vida cotidiana de cada sujeito com necessidades especiais.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da discussão a cerca da forma de inclusão das crianças com Síndrome de Down na sociedade e vida escolar, bem como quais os métodos e recursos a serem utilizados, bem como a possibilidade de utilização em ambientes escolares, pode-se observar nas análises bibliográficas realizadas que a inclusão dessas crianças deve ocorrer no momento em que a consideramos alunos, que necessitam de atendimento especializado tendo em vista suas necessidades individuais, assim como reconhecer que tais alunos são de tudo cidadãos que necessitam de atenção, respeito e muita dedicação .

Diante às leituras constata-se que a utilização do mundo lúdico na sala de aula pode ser o método mais eficiente para a inclusão desas crianças e acima de tudo o caminho para a construção do conhecimento a ser definido e planejado pelos educadores, pais e outros profissionais que estejam ligados aos alunos.

Que tais alunos devem ser tratados com irrestrito respeito e incondicional dedicação na busca por garantir a dignidade dessas crianças na luta por assegurar uma educação de qualidade, com o emprego de métodos em sala de aula que possam criar o ambiente propício para o desenvolvimento, físico, motor e cognitivo dessas crianças.

Em geral, a discussão central do trabalho esta na necessidade indiscutível do emprego das técnicas e métodos empregados no Atendimento Educacional Especializado aos alunos com Síndrome de Down na busca pela construção do conhecimento, inclusão social e educacional dessas crianças.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa conclui-se que a inclusão da pessoa com síndrome de Down na

educação infantil no ensino regular das escolas em todo o Brasil só existe com o correto atendimento a esses alunos, o que justifica o Atendimento Educacional Especializado, pois somente com essa especialização pode-se buscar uma efetiva inclusão social e criação de um ambiente verdadeiramente construtivo na busca de um ensino efetivo e frutífero.

A necessidade de observação e atenção que esses alunos necessitam permeiam a realidade dos profissionais do AEE em sala de aula, com a adequação direcionada de práticas pedagógicas adaptadas para o desenvolvimento de suas capacidades, sendo necessária anotações diárias para acompanhamento, juntamente com outros profissionais de áreas diferentes a depender das particularidades de cada aluno.

Além da importância da formação de um corpo docente preparado, tem-se a necessidade de adequação física dos espaços, dos instrumentos áudio visuais e meios para desenvolvimento da comunicação e outras atividades, ou seja mobiliário e utensílios que podem ser utilizados, o que denota investimentos públicos ou privados em ambiente físico e ou objetos.

A crescente demanda por matrículas de crianças com algum grau de necessidade especial e a exigência legal de atendimento especializado, aumenta a demanda por profissionais especializados, demonstrando a preocupação com a igualdade de acesso à educação, conforme primado pela Constituição Federal e demais diplomas legais.

Entretanto, essa inclusão é efetiva quando garante a socialização desse sujeito, desenvolvendo suas habilidades e contribuindo para diminuição de suas limitações, como trabalho, exige preparação e atenção dos professores, a efetividade dos processos adotados devem ser medidos e dosados regularmente, para que possam ser aperfeiçoados e discutidos com os demais profissionais envolvidos no processo educacional desses alunos.

Por fim, pode-se entender que a premissa do Atendimento Educacional Especializado está em entender as diferenças e trabalhar para melhorar suas limitações, explorando os meios para propiciar o desenvolvimento contínuo dessas pessoas, sempre com foco na sua inclusão social e valorização do seu eu, em conjunto com o nós e os outros, demonstrando que o caminho não está na segregação e sim na empatia, respeito e inclusão de todos nas relações sociais existente em nosso cotidiano.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Fabíola Fernanda Patrocínio. **A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção.** Educação (Porto Alegre), v. 41, n. 2, p. 270-279, maio-ago. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/26786/17263> Acesso em: 03 set. 2021.

BAR, Maira Vanessa; OLIVEIRA; Philipi de.; STRIEDER, Dulce Maria. **EM TEMPOS DE INCLUSÃO: o aluno com Síndrome de Down e o sistema educacional brasileiro.** Valore, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): 442-453., 2018. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/download/186/162>. Acesso em: 04 set. 2021

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL, **Lei nº4024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021a.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, SEESP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021b.

BRASIL, **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

CARVALHO, Márica Rejane Almeida. **INCLUSÃO ESCOLAR: estudo realizado com alunos com Síndrome de Down na rede privada de ensino no município de Olinda/PE.** In: Atena Editora (org.). **Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018, v. 273 p. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-Caminhos-para-a-Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla; BALDIN, Alexandre Duarte; DÉA, Vicente Paulo Batista Dalla. Informações gerais sobre a síndrome de Down. In: DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla; DUARTE, Edison Duarte (org.). **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor.** São Paulo: Phorte, 2009. 336p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/S%C3%ADndrome_de_Down_Informa%C3%A7%C3%B5es_caminhos_e_hist%C3%B3rias_de_amor.pdf?1458755719. Acesso em: 07 set. 2021.

GAMBOA, S. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas.** Chapecó: Argos (2013). 159p.

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2010

LIMA, Ana Cristina Dias Rocha. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas.**

Petrópolis: RJ: Vozes, 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

PANIAGO, Lucas Rodrigues. **O lugar da criança com Síndrome de Down nas políticas de inclusão social no Brasil, sob a perspectiva da educação**. Monografia (História) Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia- MG, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20446>. Acesso em: 06 set. 2021.

SANTOS, Ana Paula Carvalho dos. **A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) Grupo Unis, São Lourenço, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/1350/1/ANA%20PAULA%20CARVALHO%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas**, 1979. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YT34zzm5KDkJ:www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 05 set. 2021

SILVA, Daniele Sant'Anna Rego da. **ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS SÍNDROME DE DOWN**: inclusão possível. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia) Universidade Candido Mendes/AVM, Niterói, 2017. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N208837.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

SOUSA, Marciana Vieira de.; SILVA, Izabel Rodrigues; SILVA, Rafael Soares. **INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. *Revista Amor Mundi*, Santo Ângelo, v. 1, n. 3, p. 35-46, dez. 2020. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-cruzeiro-do-sul/estagio-supervisionado/down-apoio-nas-pesquisas/15561662>. Acesso em: 06 set. 2021.

VALE, Vilma Gonçalves. **SISTEMAS SEMIÓTICOS EM CONTEXTO DE APRENDIZAGEM**: criança com Síndrome de Down-professora do AEE-jogo matemático. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37786>. Acesso em: 04 set. 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -

Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância



Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 26 dia(s) do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, às 20 horas e 00 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Paulo Rogério Santos e Silva (orientador), Carlos André Nunes Lopes (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL” do(a) estudante Cristiane Oliveira Dias Silva, Matrícula nº 2018210221350385 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador/Presidente da Banca

Membro

Membro

Acadêmico

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)

Dissertação (mestrado)

Monografia (especialização)

TCC (graduação)

Artigo científico

Capítulo de livro

Livro

Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

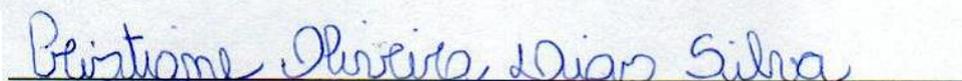
DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

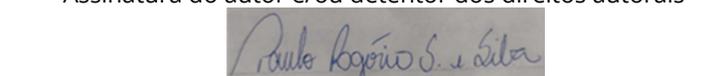
Local

/ /
Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)